

**EDITAL FAPES Nº 07/2025 -
APOIO A PROJETOS EM GRUPO DE ECONOMIA VERDE E AZUL NO ESPÍRITO SANTO**

Chamada pública para Apoio e fomento a projetos em grupo da Economia Verde e Economia Azul no Espírito Santo.

A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), pessoa jurídica de direito público, reorganizada pela Lei Complementar nº **978/2021** e vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional (SECTI), em parceria com a Fundação Renova, por meio do processo Fapes **E-docs 2024-J9CGT** tornam público e convidam os pesquisadores(as) e extensionistas vinculados(as) a IES/P - instituições de ensino superior e/ou de pesquisa públicas ou privadas fins sem lucrativos, localizadas no estado do Espírito Santo, a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos, que objetivem promover o desenvolvimento e compartilhamento de conhecimento, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias sociais e o fortalecimento da extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social na região da área de influência do desastre do rompimento da Barragem da Samarco, na porção Espírito Santo é a área da Bacia do Rio Doce, região costeira e marinha.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desastre ambiental ocorrido em 05 de novembro de 2015, provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana-MG, da Samarco Mineração S/A, causou impactos sem precedentes na região atingida em Minas Gerais e Espírito Santo. Para organizar toda a recuperação, mitigação, remediação e reparação foi estabelecido o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC, firmado em 02/03/2016 pela União, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santo e seus diversos órgãos, bem como pelas empresas Samarco Mineração S/A e as controladoras Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. O TTAC tem a coordenação do Comitê Inter Federativo - CIF, sob a gestão do IBAMA Nacional.

Nas Cláusulas 113 a 115, do TTAC é dever da fundação a ser criada pelas empresas fomentar e financiar a produção de conhecimento relacionado à recuperação das áreas impactadas pelo desastre com ações de fomento a pesquisas. Para isso, foi criado ao Programa 15 – Programa de Apoio à Pesquisa para o Desenvolvimento e Utilização de Tecnologias Socioeconômicas Aplicadas à Remediação dos Impactos. Neste sentido, o CIF por meio da Deliberação CIF nº 748/2023 aprovou o Programa de Apoio e Fomento a Projetos da Economia Verde e da Economia Azul no Espírito Santo, por meio da Nota Técnica da Câmara Técnica Economia e Inovação nº 134/2023.

Dado o impacto social, econômico e ambiental que desastres ambientais acarretam, se torna premente a promoção do desenvolvimento e compartilhamento de conhecimento, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias sociais e o fortalecimento da extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social na região da Bacia do Rio Doce, região costeira e marinha atingida pelo desastre. Por isso, esta Chamada de Apoio a Projetos tem por finalidade gerar conhecimento, transferência tecnológica e impactos positivos no que tange às áreas de Economia Verde, Economia Azul, Bioeconomia e Economia Circular.

CONCEITOS

Para fins deste edital serão considerados os seguintes conceitos:

Economia Azul se concentra no uso sustentável dos recursos oceânicos e marinhos para promover o crescimento econômico, melhorar os meios de subsistência e preservar a saúde do ecossistema oceânico. Abrange uma ampla

gama de atividades econômicas e setores relacionados aos oceanos, mares e manguezais (berçário dos oceanos) enfatizando a importância da conservação e gestão responsável.

Economia Verde se concentra na integração da sustentabilidade ambiental nas atividades econômicas e nos modelos de desenvolvimento. Visa promover o crescimento e a prosperidade socioeconômica em que, ao mesmo tempo, reduz os impactos ambientais negativos e promove a conservação dos recursos naturais.

Bioeconomia é uma parte da economia que utiliza novos conhecimentos biológicos com propósitos comerciais e industriais e para a melhoria do bem-estar humano, provendo benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Economia Circular associa o desenvolvimento econômico a um melhor uso de recursos naturais, por meio de novos modelos de negócios e da otimização nos processos de fabricação com menor dependência de matéria-prima virgem, priorizando insumos mais duráveis, recicláveis e renováveis.

1. OBJETIVO

Apoiar projetos de pesquisa e extensão em GRUPOS que contribuam para a preservação e recuperação do meio ambiente, buscando o uso eficiente dos recursos naturais e a geração de iniciativas sustentáveis, o que inclui as atividades agropecuárias, aquícolas e pesqueiras, em áreas continentais, costeiro-marinhas e manguezais do Estado do Espírito Santo.

1.2. Público Alvo

Pesquisadores(as) e extensionistas vinculados a IES/P pública ou privada sem fins lucrativos, localizada no Espírito Santo.

1.3. Municípios de abrangência

O projeto proposto para este edital deverá ser desenvolvido obrigatoriamente nos municípios da área da Bacia do Rio Doce, nas regiões costeira e marinha: **Afonso Cláudio, Águia Branca, Alto Rio Novo, Anchieta, Aracruz, Baixo Guandu, Brejetuba, Colatina, Conceição da Barra, Fundão, Governador Lindemberg, Ibatiba, Ibirapuçu, Itaguaçu, Itarana, Iúna, Jaguaré, João Neiva, Laranja da Terra, Linhares, Mantenópolis, Marilândia, Nova Venécia, Pancas, Rio Bananal, Santa Teresa, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Mateus, São Roque do Canaã, Serra, Sooretama e Vila Valério.**

1.4. Ações Estratégicas

- a) Promover o conhecimento científico, tecnológico e inovador para resolver problemas e gerar soluções sustentáveis para os biomas, bacias hidrográficas e sistema marinho-costeiro do Espírito Santo;
- b) Incentivar atividades que auxiliem no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;
- c) Contribuir para a geração de novos conhecimentos ou desenvolvimento tecnológico que auxiliem na preservação e recuperação do meio ambiente, na conservação, disponibilidade, uso e manejo sustentável da água e do solo, na proteção, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, aquáticos e marinhos, bem como a biodiversidade a eles correlacionada, em especial na bacia do Rio Doce;

- d) Desenvolver métodos e ações de controle de Espécies Exóticas Invasoras de interesse econômico, bem como estimular a produção de espécies nativas a fim de promover segurança alimentar e sustentável com menor impacto à biodiversidade local;
- e) Fomentar o desenvolvimento econômico e social sustentável no Espírito Santo, em especial na Bacia do Rio Doce, nos manguezais e sistema marinho-costeiro, por meio dos conceitos e princípios da economia verde, economia azul, bioeconomia e economia circular;
- f) Disseminar as práticas de manejo em sistemas de produção sustentável de base agroecológica para a promoção da segurança alimentar e nutricional sustentável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica, isentos de contaminantes, que ponham em risco à saúde humana;
- g) Desenvolver, promover e implementar inovações metodológicas e/ou tecnológicas nos processos participativos de produção, organização econômica e social.

1.5. Eixos Temáticos e Linhas de Pesquisa

Os Eixos Temáticos e as Linhas de Pesquisa para esta Chamada visam orientar a seleção e o fomento dos projetos. As propostas deverão atender às linhas de pesquisa listadas na tabela abaixo:

Tabela 1 – Eixos temáticos e linhas de pesquisas

Eixo temático 1: ECONOMIA AZUL
<p>Eixo temático de pesquisa aplicada e extensão que se concentra no manejo e uso sustentável dos recursos do sistema marinho-costeiros para promover o crescimento econômico, melhorar os meios de subsistência e preservar a saúde deste ecossistema. Abrange uma ampla gama de atividades econômicas e setores relacionados aos oceanos, mares e manguezais (berçário dos oceanos) enfatizando a importância da conservação e gestão responsável, bem como buscando a manutenção de práticas tradicionais e perpetuação do conhecimento, através do incentivo a projetos que contemplem em sua aplicação o público-alvo pessoas em vulnerabilidade social, mulheres e jovens.</p>
Linhas de pesquisa
<p>1. Biodiversidade: Apoio a projetos de conservação marinho-costeiros, incluindo a proteção de áreas consideradas vulneráveis, a restauração de ecossistemas costeiros, marinhos ou insulares e a preservação da biodiversidade destes locais, podendo envolver o mapeamento de áreas de exclusão e identificação dos períodos de reprodução das espécies nativas, bem como a investigação dos impactos de espécies exóticas invasoras, todas de interesse econômico;</p>
<p>2. Economia Circular: Apoio a projetos que tenham como objetivo desenvolver tecnologias inovadoras para melhorar a eficiência e a sustentabilidade das atividades relacionadas aos oceanos e/ou a mitigação dos efeitos da crise climática nas cidades costeiras, envolvendo a gestão de resíduos sólidos, auferimento na prestação dos serviços ecossistêmicos, estímulo a bioprospecção da biodiversidade, produção de bioativos para uso comercial oriundos especialmente de espécies nativas, estruturação da cadeia produtiva e aprimoramento dos processos de produção, promovendo a valorização dos territórios marinho-costeiros e das espécies nativas, prioritariamente;</p>
<p>3. Educação e Capacitação: Apoio a projetos de capacitação, treinamento, profissionalização e ações educativas que tenham como objetivo de engajar e profissionalizar mão de obra para atuar de forma sustentável na economia azul, especialmente envolvendo negócios de impacto socioambiental, abrangendo desde pescadores até profissionais de ciências marinhas e gestão</p>

costeira;
<p>4. Pesca e Aquicultura: Apoio a projetos relacionados à pesca e a aquicultura sustentáveis, buscando a conservação dos estoques e recursos pesqueiros, bem como a geração de renda para as comunidades costeiras, podendo envolver: o desenvolvimento de metodologias e ferramentas tecnológicas para a gestão pesqueira; o desenvolvimento de protocolos e tecnologias para viabilizar a aquicultura de espécies nativas de interesse econômico; o desenvolvimento de tecnologias sociais para o uso sustentável de macroalgas; a proposição de planos de negócios e estruturação da cadeia produtiva da pesca artesanal ou alternativas à pesca;</p>
<p>5. Turismo Sustentável: Apoio a projetos que promovam o turismo sustentável nas áreas marinho-costeiras, incentivando práticas de conservação e educação ambiental, bem como o desenvolvimento da infraestrutura turística responsável, conservando a biodiversidade marinha local com a valorização do patrimônio natural.</p>
<p>Eixo temático 2: ECONOMIA VERDE</p>
<p>Eixo temático de pesquisa aplicada e extensão que se concentra na integração da sustentabilidade ambiental com as atividades econômicas e novos modelos de desenvolvimento com melhoria dos indicadores sociais como qualidade de vida, bem-estar e desenvolvimento social. Visa promover o crescimento e a prosperidade socioeconômica, reduzindo impactos ambientais negativos, permitindo desta forma a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade.</p>
<p>Linhas de pesquisa</p>
<p>1. Economia Circular: Ter como objetivo desenvolver novos materiais ou aprimorar processos, produtos ou serviços, envolvendo a produção, o consumo, a reutilização e a possível reciclagem, reaproveitamento de resíduos ou logística reversa de produtos e resíduos, contribuindo assim para o uso sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais.</p>
<p>2. Insumos Agrícolas: Ter como objetivo desenvolver insumos agroecológicos e orgânicos, organismos atuantes no controle biológico de pragas, defensivos agrícolas não contaminantes, bioprodutos e fertilizantes promotores de crescimento das plantas, polinizadores e mitigadores de estresses abióticos, desde que estejam de acordo com a legislação e boas práticas para o uso na agricultura orgânica.</p>
<p>3. Produção Sustentável: Ter como objetivo o desenvolvimento de novos produtos e negócios baseados na biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos, com a geração de impacto socioambiental, envolvendo a produção agropecuária orgânica, eficiência produtiva, o extrativismo florestal sustentável (incluindo áreas de reserva legal), a meliponicultura, a redução do uso de resíduos poluentes e a não dependência direta de insumos externos, quando possível.</p>
<p>4. Educação e Capacitação em Agroecologia e Produção Orgânica: Ter como objetivo a formação de agricultores familiares, técnicos e estudantes em práticas agrícolas sustentáveis, gestão de recursos naturais e adoção de tecnologias inovadoras que melhorem a produtividade e a qualidade dos produtos orgânicos, certificação e regularização, processamento e agregação de valor, redes sociais e promovam a segurança alimentar, geração de renda e o acesso a mercados diferenciados.</p>

2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

2.1. As normas estabelecidas no presente edital seguem as disposições da Lei Complementar nº **978/2021**, ao Decreto nº **5.039-R/2021** e as disposições das Resoluções **122/2014** (Normas Gerais de Projetos e Auxílios),

129/2015 (Apoio a Projeto de Pesquisa), **170/2017** (Boas Práticas Científicas), **309/2022** (Itens Financiáveis e Não Financiáveis), **313/2022** (Regulamenta o Manual de utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da Fapes e do Funcitec), **314/2022** ((Redefine as regras e consequências por descumprimento de deveres assumidos por beneficiário da Fapes), **323/2023** (Concessão de bolsas em Projetos Institucionais de Governo), **331/2023** (Regulamenta a participação da Fapes nos direitos decorrentes de criações resultantes da execução de projetos fomentados), **337/2024** (Recursos Administrativos)), **341/2024** (Tabela de Valores de Bolsas e Auxílios) e suas alterações, sem prejuízo das demais regras estabelecidas neste edital,

2.2 Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC celebrado entre órgãos e entidades da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda, assinado em 02/03/2016. Deliberação CIF nº 748/2023 aprova o Programa de Apoio e Fomento a Projetos da Economia Verde e da Economia Azul no Espírito Santo, com base na Nota Técnica da Câmara Técnica Economia e Inovação nº 134/2023, disponíveis em www.ibama.gov.br/cif.

2.3. Todas as resoluções FAPES citadas no presente edital estão disponíveis na página eletrônica da Fapes (www.fapes.es.gov.br). Os formulários para submissão estão disponíveis na área do edital no Sistema de Informação e Gestão da Fapes – *Sigfapes* (www.sigfapes.es.gov.br).

3. CRONOGRAMA

ETAPAS	DATA PREVISTA	RESPONSÁVEL
Inscrições		
Publicação da Chamada Pública	14/04/2025	FAPES
Submissão das propostas no SIGFAPES	14/04/2025 a 14/05/2025	PROPONENTE
Habilitação		
Publicação do resultado preliminar	A partir de 30/05/2025	FAPES
Prazo de submissão dos recursos administrativos	05 (cinco) dias úteis a partir da publicação do resultado preliminar da habilitação.	PROPONENTE
Publicação do resultado homologado pelo CCAF	A partir de 13/06/2025	FAPES
Análise Julgamento das propostas		
Análise de Mérito Técnico-Científico – Nota N1	13/06/2025 a 14/07/2025	FAPES
Análise Estratégica do Projeto - Nota N2		
Publicação do resultado preliminar da seleção	A partir 23/07/2025	FAPES
Prazo de submissão dos recursos administrativos	05 (cinco) dias úteis a partir da publicação do resultado preliminar de mérito.	PROPONENTE
Publicação do resultado homologado pelo CCAF	A partir de 15/08/2025	FAPES
Contratação		
Avaliação das documentações submetidas para contratação.	A partir de 19/08/2025	FAPES
Início da vigência do prazo de execução dos projetos contratados.	A partir de 01/09/2025	PROPONENTE

4. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os requisitos indicados abaixo são obrigatórios. O atendimento aos mesmos é imprescindível para o exame da proposta, seu enquadramento, análise e julgamento. **A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultará na INABILITAÇÃO da proposta.**

4.1. Da Proposta:

4.1.1. O prazo de execução dos projetos será de até **36 (trinta e seis) meses**.

4.1.2. As propostas devem ser inscritas em um dos eixos temáticos e uma das linhas de pesquisa da Tabela 1, respeitado o número mínimo de pesquisadores principais exigidos no item 4.4.

4.1.3. Coordenador(a) com titulação mínima de mestre, com experiência mínima de pelo menos 5 anos na linha de pesquisa da Tabela 1.

4.1.5. Deverá contemplar pelo menos um dos Eixos temáticos e linhas de pesquisas contantes da Tabela 1.

4.1.6. Ressaltar em seus objetivos que, ao final dos estudos, deverão indicar ações mitigatórias frente aos impactos identificados na pesquisa;

4.2. Do (a) Proponente:

a) ser o(a) coordenador(a) do projeto;

b) ter titulação mínima de mestre, com experiência de pelo menos 5 anos no eixo temático e linha de pesquisa da proposta em consonância com a da Tabela 1 a ser verificada na cópia do currículo Lattes apresentado na submissão;

c) ter vínculo celetista ou estatutário por tempo indeterminado, **se ativo**, ou por termo de adesão ao serviço voluntário, **se aposentado (a)**, em IES/P pública ou privada, sem fins lucrativos localizada no estado do Espírito Santo. No caso de pesquisador(a) aposentado(a), deverá ser comprovado que mantém atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da IES/P concordando com a execução do projeto;

d) estar em exercício efetivo da atividade de pesquisa ou de desenvolvimento em IES/P, pública ou privada, localizada no estado do Espírito Santo;

e) não estar afastado(a) da IES/P de vínculo para realização de pós-graduação ou estágio pós-doutoral fora do estado do Espírito Santo;

f) ter currículo cadastrado na Plataforma Lattes (atualizado há, pelo menos, 6 meses);

g) estar adimplente junto à Fapes;

h) ser brasileiro(a) ou estrangeiro(a) com visto permanente;

i) ser residente no estado do Espírito Santo ou em municípios limítrofes;

4.3. Da Instituição Executora:

As Instituições Executoras, obrigatoriamente situadas no estado do Espírito Santo, são as IES/P, com as quais os(as) proponentes possuem vínculo empregatício.

4.3.1. As Instituições Executoras deverão:

- a) Ser a instituição de vínculo do(a) coordenador(a);
- b) ser IES/P - instituição de ensino superior e/ou de pesquisa pública ou privada fins sem lucrativos, localizada no estado do Espírito Santo;
- c) Estar com cadastro de representante legal completo e atualizado junto à FAPES.
- d) Prestar anuência à proposta via SIGFAPES, por meio de um(a) gestor(a) institucional da IES/P com cadastro no sistema para este fim.

4.4. Da Equipe Executora:

- a) Ter composição multidisciplinar e interinstitucional
- b) ser composta, obrigatoriamente:
 - b.1) pelo(a) coordenador(a) e **pelo menos mais 3 (três)** pesquisadores(as) com **titulação mínima de mestre**, indicados(as) como **pesquisadores principais**;
 - b.2) obrigatoriamente pelo menos 02 pesquisadores principais devem ser vinculados(as) Instituições diferentes entre si e **distintas** da de vínculo do(a) coordenador(a)
- c) ser composta, preferencialmente, por outros(as) pesquisadores(as) e alunos(as), denominados(as) **pesquisadores colaboradores**.
- d) todos os membros principais ou colaboradores, deverão estar inseridos na proposta online/Sigfapes;
- e) todos os membros principais ou colaboradores deverão ter currículo cadastrado na Plataforma Lattes, com exceção para estrangeiros(as) que poderão apresentar cópia do currículo em outro formato de preferência.

3. RECURSOS FINANCEIROS E VALORES POR TEMA E PROJETOS

3.1. Os recursos financeiros disponíveis para o presente edital são de **R\$ 4.000.000 (quatro milhões)** oriundos da Fundação Renova, objeto do Termo de Repasse de Recurso Financeiro celebrado entre a Fundação Renova e Fapes, **processo 2024-XTFXJ**.

5.2. O valor máximo de cada projeto é de até **R\$1.000.000,00**

5.3. O recurso disponível para o edital tem por objetivo selecionar/contratar no mínimo 02 (dois) projetos em cada um dos eixos temáticos definidos na tabela 2, item 5.4 .

5.4. Os valores disponíveis para cada Eixo Temático estão definidos na Tabela 2:

Tabela 2. Valores por Eixo Temático

#	TEMAS	Valor (R\$)
---	-------	-------------

01	Eixo temático 1: ECONOMIA AZUL	2.000.000,00
02	Eixo temático 2: ECONOMIA VERDE	2.000.000,00

6. ITENS FINANCIÁVEIS E NÃO FINANCIÁVEIS

6.1. São financiáveis os seguintes itens, conforme Resolução CCAF nº 309/2022, disponível na página eletrônica da Fapes (<https://fapes.es.gov.br/>):

6.1.1. Custeio: **São consideradas Despesas de Custeio os seguintes elementos:**

6.1.1.1. Material de Consumo: despesa que compreende materiais e insumos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, nacionais e/ou importados, que, com o uso, manuseio e estocagem, esgotam-se ou perdem a identidade física em razão de suas características de mutabilidade, perecimento e fragilidade. O material de consumo solicitado deve ser compatível com o desenvolvimento da pesquisa.

6.1.1.2. Serviço de Terceiros: despesa decorrente da prestação de serviço executada por pessoa jurídica ou física, **limitado a 30% do orçamento total da proposta.**

6.1.1.2.1. Serviço de Terceiros Pessoa Física: despesa decorrente da contratação de pessoa física para executar atividades relacionadas e essenciais ao desenvolvimento do projeto e somente nos casos de serviços artesanais, braçais ou especializada em que o fator principal é a qualificação de quem executa o serviço. O período de contratação de pessoa física não poderá ultrapassar 89 (oitenta e nove) dias, consecutivos ou não, obedecendo a legislação vigente.

6.1.1.2.2. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica: despesa decorrente da contratação de empresa para execução de atividades exclusivas do projeto.

6.1.1.3. Despesa de locomoção:

- a) passagens nacionais e internacionais, exclusivas aos membros da equipe, para desenvolver atividades relacionadas ao cumprimento de metas do projeto;
- b) locação de veículos automotivos: despesa com aluguel de veículos para execução de atividades exclusivas do projeto.

6.1.1.4. Diária: é a despesa destinada a cobrir custas com alimentação, hospedagem e locomoção decorrentes de afastamento da sede, em caráter eventual, para outro ponto do estado, do país ou do exterior.

6.1.1.5. Bolsas: devem corresponder **a, no mínimo, 30% do orçamento total da proposta**, exclusivamente na modalidade BPIG (Bolsas em Projetos Institucionais de Governo), na forma abaixo definida:

6.1.1.5.1. O(a) coordenador(a) do projeto poderá fazer jus a uma bolsa, de acordo com sua titulação ou experiência, com valor correspondente à modalidade **BPIG, nível III (BPIG III) ou inferior (IV, V, VI, VII, VIII, IX, X)**, pelo período de até 36 meses, observados os respectivos requisitos de concessão.

6.1.1.5.2. Os(as) bolsistas vinculados(as) aos projetos, de acordo com sua titulação ou experiência, com valor correspondente à modalidade BPIG, nível III (BPIG III) ou inferior (IV, V, VI, VII, VIII, IX, X), observados os respectivos requisitos de concessão.

6.1.1.5.3. Os valores correspondentes às Bolsas BPIG nos níveis financiáveis no edital encontram-se na Tabela de Valores de Bolsas e Auxílios da FAPES por meio da Resolução 341/2024, assim como na Resolução 323/2023, ambas disponíveis na página eletrônica da Fapes (<https://fapes.es.gov.br>).

6.1.1.5.4. As bolsas vinculadas ao projeto serão implementadas no decorrer da execução do projetos, mediante indicação dos bolsistas pelo(a) coordenador(a), via Sigfapes e apresentação dos documentos de implementação no sistema.

6.2. Capital: as despesas de capital são aquelas que geram ganho de patrimônio, ou seja, equipamentos e material permanente, livros e software, desde que tenham vida útil superior a dois anos e com valor superior a 80 (oitenta) VRTE's - Valor de Referência do Tesouro do Estado, cujo valor é reajustado anualmente.

6.3. Os itens não financiáveis constam do **item 3** Resolução CCAF nº 309/2022, disponível na página eletrônica da Fapes (<https://fapes.es.gov.br/>) e abaixo transcritos em sua totalidade:

6.3. Os itens não financiáveis

3. DESPESAS NÃO FINANCIÁVEIS

3.1. Dos bens de capital

- a) mobiliário, exceto quando seu uso for necessário para o desenvolvimento da pesquisa, sujeito à avaliação da FAPES;
- b) veículo automotor, máquinas agrícolas e outros, exceto se for o objeto da pesquisa. É entendido como veículo automotor aquele que é dotado de motor próprio, portanto, capaz de se locomover em virtude do impulso (propulsão) ali produzido, como carros, caminhões, tratores, motocicletas, embarcações e aeronaves (exceto Drone, Veículo Aéreo Não Tripulado - VANT ou Veículo Aéreo Remotamente Pilotado - VARP).

3.2. Dos materiais de custeio

3.2.1. Material de consumo:

- a) Material de Limpeza e higiene, exceto quando seu uso for necessário para o desenvolvimento da pesquisa, sujeito à avaliação da FAPES;
- b) Medicamentos e materiais de primeiro socorros, exceto quando seu uso for necessário para o desenvolvimento da pesquisa, sujeito à avaliação da FAPES.
- c) Uniformes, camisas, calçados, tecidos e aviamentos, exceto quando seu uso for necessário para o desenvolvimento da pesquisa, sujeito à avaliação da FAPES;

d) Fornecimento de Alimentação: despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive lanches e similares, exceto quando seu uso for para o objeto da pesquisa.

3.2.2. Serviço de Terceiros Pessoa Física

a) Salários/encargos e/ou estagiários, exceto nos casos previstos no item 2.4.9.

3.2.3. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica

a) Festividades e homenagens: qualquer despesa com refeições, lanches preparados por terceiros, coffee-break, vale-refeição, coquetéis, recepções e outras;

b) Serviços de telecomunicação: pagamento de tarifas relativas à utilização de serviços telecomunicação, exceto se for o objeto da pesquisa;

c) Serviços de seleção e treinamento (cursos e atividades de extensão tecnológica): são despesas com prestação de serviços nas áreas de instrução e orientação profissional, recrutamento e seleção de pessoal e treinamento, por Pessoa Física ou Jurídica;

d) Brindes: distribuídos a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos, Ex.: canetas, camisas, bolsas, chaveiros, etc; e) Obras e instalações: despesas com planejamento e execução de obras de infraestrutura.

3.3. Multas: Pagamento de qualquer tipo de multa, tarifas ou acréscimo no valor de qualquer produto em decorrência de atraso de pagamento ou alteração de característica, dentre outras.

3.4. Vencimentos e Vantagens Fixas

a) Pró-labore, exceto com a contrapartida da empresa;

b) Gratificação;

3.5. Obrigações Patronais

a) multa rescisória;

b) indenização trabalhista;

c) hora extra.

7. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

O preenchimento dos formulários *online* no *Sigfapes* e a submissão da proposta de projeto deverão ser realizadas pelo(a) coordenador(a) do projeto (com *login* e senha próprios).

7.1. Para preenchimento da proposta *online*:

- a)** o(a) coordenador(a), proponente do projeto, deve acessar o sistema (www.sigfapes.es.gov.br) utilizando *login* e senha próprios;
- b)** em “Editais Abertos”, selecionar o campo do **EDITAL FAPES Nº 07/2025 - APOIO A PROJETOS EM GRUPO DE ECONOMIA VERDE E AZUL NO ESPÍRITO SANTO** e criar sua proposta (+), preenchendo os dados obrigatórios solicitados;
- c)** deverá ser feito o *upload* dos **documentos obrigatórios constantes do item 7.9;**
- d)** cada membro da equipe deverá ter função e atividades definidas;
- e)** para preenchimento do orçamento no *Sigfapes*, deve-se respeitar os tipos e quantidades máximas de cada item como previsto no edital. **Os itens do orçamento deverão ser claramente justificados;**

f) submeter a proposta após verificadas e sanadas todas as pendências assinaladas como “erro” pelo sistema.

7.2.1. Todos os membros(os) da equipe devem dar prestar anuência (via sistema), sem a qual a proposta não poderá ter sua submissão efetivada.

7.2.2. O(A) representante institucional deve prestar anuência (via sistema), sem a qual a proposta não poderá ter sua submissão efetivada. A liberação pelo(a) gestor(a) institucional não implica submissão automática da proposta. A efetiva submissão, sem pendências, é de responsabilidade exclusiva da proponente(a).

7.3. Cada proponente (coordenador(a) poderá apresentar somente uma proposta ao presente edital.

7.3.1. Se identificada a submissão de mais de uma proposta por proponente, será considerada para fins de análise e julgamento deste edital, a última submissão realizada.

7.4. O(a) proponente poderá salvar a proposta em edição quantas vezes forem necessárias e acessá-la novamente a partir do menu “**Minhas Propostas/Inscrições em Edição**”. Atentar-se para que não seja criada mais de uma proposta para o mesmo edital, com descentralização das informações.

7.5. As propostas deverão ser submetidas até as 17h59 da data limite de submissão, prevista no item 3 do edital (14/05/2025). Após esse prazo o sistema fechará e não receberá propostas

7.6. O(a) proponente receberá, após o envio, um recibo eletrônico de protocolo da sua proposta, o qual servirá como comprovante da submissão.

7.6.1. Se após a submissão da proposta o(a) proponente detectar alguma alteração que gostaria de realizar, deverá ser solicitado à Fapes, pelo e-mail (editais.duvidas@fapes.es.gov.br), a reversão do enquadramento de sua proposta, desde que o prazo limite para submissões ainda esteja vigente.

7.7. A Fapes não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e/ou congestionamentos das linhas de comunicação ocorridos com o dispositivo utilizado pelo proponente, salvo se atribuíveis à Plataforma Sigfapes ou aos sistemas da Fapes. Planeje a submissão de sua proposta com antecedência.

7.7.1. A critério exclusivo da Fapes, mediante manifestação técnica motivada, poderão ser reabertos os prazos para todos os proponentes apresentarem as suas propostas, nos casos de força maior, caso fortuito ou problemas relacionados à linhas de comunicação ou transmissão atribuíveis às plataformas e estruturas da Fundação

7.8. O conteúdo e a integridade da documentação inserida na proposta serão de responsabilidade direta e exclusiva da proponente.

7.8.1. A critério exclusivo da Fapes, mediante manifestação técnica motivada, o erro material relacionado à apresentação da proposta ou da documentação necessária e que não compromete a análise e compreensão de seu conteúdo poderá ser corrigido ou objeto de saneamento.

7.9. São Documentos OBRIGATÓRIOS para submissão da proposta:

- a) Formulário de Submissão do projeto (**Anexo I**);
- b) Cópia do Currículo Lattes do(a) proponente atualizada nos últimos 6 meses; o qual servirá para verificação dos critérios de elegibilidade no que couber;
- c) Cópia do Currículo Lattes dos(as) pesquisadores(as) principais atualizada nos últimos 6 meses; o qual servirá para verificação dos critérios de elegibilidade no que couber;
- d) Cópia do diploma ou comprovante de obtenção da titulação máxima do(a) proponente, atestando a data da obtenção do título;
- e) Comprovante de residência do Estado do Espírito Santo, atualizado e em nome do coordenador, porém, caso o comprovante de residência não esteja no nome do coordenador, este deverá comprovar o vínculo com o terceiro cujo nome consta no comprovante (cópia de certidão de casamento, declaração do locador de que o proponente reside no imóvel, entre outras formas de comprovação);
- f) Cópia do termo de adesão ao serviço voluntário, exclusivamente no caso de proponente aposentado(a).

8. ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Habilitação

8.1.1. A habilitação será realizada pela equipe técnica da Fapes e consiste no enquadramento das propostas às exigências do edital e atendimento **aos itens 4, 5.2, 6.1.1.2 e 6.1.1.5.**

8.1.2. A inabilitação das propostas será justificada com indicação expressa do critério ou requisito não atendido pela proposta.

8.1.3. As propostas inabilitadas não passarão para a próxima fase de análise correspondente ao item **8.2.**

8.1.4. Análise Operacional da Habilitação

8.1.4.1 As propostas serão encaminhadas para análise operacional da Diretoria Técnico-científica (Ditec) que procederá a revisão da análise de habilitação.

8.1.4.2. A Diretoria Técnico-científica elaborará a lista das propostas habilitadas e inabilitadas.

8.4.3. A Ditec encaminhará a lista elaborada em conformidade com o item **8.1.4.2** para apreciação da Direx.

8.4.4. A Direx irá apreciar e deliberar sobre o resultado da habilitação das propostas submetidas ao Edital.

8.2. Análise de Mérito Técnico-Científico – Nota N1

8.2.1. A análise de mérito técnico-científico das propostas de projeto é etapa eliminatória da seleção e será realizada, via Sigfapes, por 02 (dois) consultores *ad hoc*, com título de doutor, **de fora do estado do Espírito Santo e na área de conhecimento da proposta.**

8.2.2. É vedado ao(à) consultor(a) *ad hoc* julgar propostas se:

- a) participar de proposta submetida ao edital, seja como coordenador(a) ou membro da equipe executora;

- b)** estiver participando da equipe executora do projeto o(a) seu(sua) cônjuge, companheiro(a) ou pessoas com parentesco até o terceiro grau;
- c)** houver interesse direto ou indireto;
- d)** estiver litigando judicial ou administrativamente com o(a) coordenador(a) ou membros da equipe executora do projeto ou seus(suas) respectivos(as) cônjuges ou companheiros(as).

8.2.3. Para a análise da nota **N1**, serão considerados os seguintes critérios:

#	Critérios de Avaliação	Nota
A	Aderência da proposta quanto à sua concepção e estratégia em relação aos objetivos e temas desta Chamada.	0 a 20
B	Avanço científico e tecnológico da proposta em relação ao conhecimento existente e ao potencial impacto dos resultados para a solução dos problemas específicos, principalmente relacionado ao seu aspecto inovador.	0 a 10
C	Adequação da proposta aos requerimentos explicitados na Chamada , considerados o mérito científico, a originalidade, a capacidade de mobilização de grupos de pesquisa, a articulação de suas atividades em formato de rede e a interdisciplinaridade.	0 a 10
D	Experiência e capacidade do proponente para liderar projetos complexos e com vários participantes, na capacitação de pós-graduandos e na estruturação da equipe visando à consecução dos objetivos e metas propostos.	0 a 10
E	Competência, experiência e adequação da equipe de pesquisadores em relação aos objetivos e metas da proposta e em relação à capacidade de formação de recursos humanos com o perfil adequado aos desafios da Chamada.	0 a 10
F	Multidisciplinaridade e interinstitucionalidade do projeto levando-se em conta a existência de atividades ou metas conjuntas entre uma ou mais instituições e/ou entre diferentes cursos, instituições, laboratórios e centros de pesquisa.	0 a 10
G	Impacto socioeconômico local ou regional à comunidade , incluindo o potencial desenvolvimento regional a partir da geração de emprego e renda às comunidades locais, incluindo o envolvimento de grupos em vulnerabilidade social, mulheres e jovens.	0 a 10
H	Sustentabilidade Ambiental , levando-se em conta o impacto ambiental do projeto e a incorporação de práticas sustentáveis em todas as fases, desde a concepção até a implementação e monitoramento. Isso poderia incluir a consideração do uso eficiente de recursos naturais, minimização de resíduos, conservação da biodiversidade e adoção de tecnologias limpas.	0 a 10
I	Metodologia de Extensão , levando-se em conta que a metodologia de pesquisa e extensão do projeto prevê a participação da comunidade alvo do projeto nas atividades propostas.	0 a 10

8.2.5. A nota atribuída a cada item de avaliação variará de 0,0 (zero) a 20,0 (vinte) pontos.

8.2.6. A nota N1 de cada consultor(a) *ad hoc* variará de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, a partir da somatória ponderada dos itens de avaliação de **A a I** do item 8.2.3.

8.2.7. A proposta será avaliada por mérito por um(a) terceiro(a) consultor *ad hoc* quando houver:

- a)** notas da análise de mérito discrepantes em no mínimo 30,0 (trinta) pontos, desde que pelo menos uma das notas seja igual ou superior a 60,0 (sessenta) pontos; *ou*
- b)** uma nota da análise de mérito acima e outra abaixo de 60,0 (sessenta) pontos.

8.2.8. A **Nota N1** será calculada pela média aritmética das duas notas menos discrepantes atribuídas pelos consultores *ad hoc* na análise de mérito.

8.2.9. As propostas que não atingirem uma nota N1 igual ou superior a 60,0 (sessenta) serão desclassificadas e não passarão para a próxima fase de análise correspondente ao item 8.3.

8.3. Análise Estratégica do Projeto - Nota N2

8.3.1. A nota da análise estratégica do projeto, **Nota N2**, variará de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos. A nota será atribuída por um Comitê Avaliador (CA), sob coordenação da Diretoria Técnico-Científica da Fapes.

8.3.2. O CA será composto por pelo menos 05 (cinco) pesquisadores(as) doutores(as), sendo **02 (dois)** indicados pela Fapes e pelo menos **03 (três)** do Governo do Estado do Espírito Santo, indicados pela SEAMA e pela SEAG.

8.3.2.1. A composição do CA estabelecida no item 8.3.2, poderá ser alterada a depender da demanda do edital.

8.3.3. É vedado ao(à) especialista compor o CA nos casos de:

- a) participar de proposta submetida ao edital seja como coordenador(a) ou membro da equipe executora;
- b) estar participando da equipe executora do projeto seu cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

8.3.4. É vedado ao membro do CA julgar propostas nos casos em que:

- a) haja interesse direto ou indireto;
- b) esteja litigando judicial ou administrativamente com o(a) coordenador(a) ou qualquer membro da equipe executora do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

8.3.5. O CA poderá sugerir cortes orçamentários, considerando a adequação do orçamento aos objetivos, atividades e metas propostas, assim como seguir sugestões dos consultores *ad hoc* responsáveis pela avaliação de mérito das propostas.

8.3.6. Para a análise da **nota N2**, serão analisados os seguintes critérios:

Item	Critérios de análise, avaliação e julgamento – N2	Nota
1	Abrangência e sinergia das atividades do projeto, consideradas a complexidade do eixo temático, a complementaridade de suas competências e a necessária abordagem interdisciplinar para solução de problemas complexos junto à sociedade atingida.	0 a 25
2	Adequação do conjunto de indicadores de acompanhamento: instrumentos e prazos de verificação para aferir os resultados e impactos alcançados pelo projeto.	0 a 25
3	Grau de impacto dos resultados esperados sobre o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico ou social do estado do Espírito Santo; adequação dos produtos pretendidos em relação à natureza da proposta e ao orçamento solicitado; potencial de impacto dos produtos pretendidos.	0 a 25
4	Conformidade e pertinência da escolha de indicadores do território a serem melhorados pelo projeto, com apresentação da linha de base e metas definidas.	0 a 25

8.3.7. A nota atribuída a cada item de avaliação variará de 0,0 (zero) a 25,0 (vinte e cinco) pontos.

8.3.8. A nota N2 do CA variará de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, a partir da somatória ponderada dos itens de avaliação de 1 a 4 do item 8.3.6.

8.3.9. As propostas que não atingirem uma nota N2 igual ou superior a 60,0 (sessenta) serão desclassificadas.

8.3.8. O parecer do CA sobre as propostas, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado em ata contendo a relação das propostas avaliadas, classificadas e desclassificadas, com as respectivas pontuações finais, **em ordem decrescente da nota N2 obtida**, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes.

8.4. Nota Final - NF

8.4.1. A Nota Final do Projeto (NF) será calculada apenas para as propostas classificadas, isto é com **N1 e N2 iguais ou superiores a 60,0 (sessenta)**.

8.4.2. A NF será calculada pela fórmula:

$$NF = \frac{N1*4 + N2*6}{10}$$

8.4.3. Em caso de projetos com a mesma NF, o desempate será definido com base na maior pontuação obtida nos critérios **A, B, C, G, D, E e F** do item 8.2.3 (N1). Persistindo o empate, será utilizada a classificação em ordem decrescente da Nota N2.

8.5. Análise Operacional da Seleção

8.5.1. As propostas serão encaminhadas para análise operacional da Diretoria Técnico-científica (Ditec) em conjunto com a Diretoria Administrativa-financeira (Diraf), as quais procederão com:

- a) revisão do cálculo das pontuações da proposta, e
- b) avaliação dos itens financiáveis e não financiáveis, com indicação do corte dos itens não financiáveis.

8.5.2. A Diretoria Técnico-científica elaborará a lista das propostas classificadas, eliminadas e desclassificadas, por tema, em ordem decrescente de Nota Final (NF) dentro do limite orçamentário do edital.

8.5.3. A Ditec encaminhará a lista elaborada em conformidade com o item **8.5.2** para apreciação da Direx.

8.5.4. A Direx irá apreciar e deliberar sobre o resultado da seleção das propostas submetidas ao Edital.

9. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

9.1. Os avisos dos resultados da habilitação e da seleção serão publicados no Diário Oficial do Estado (DIO-ES) e em jornal de grande circulação do estado do Espírito Santo.

9.1.1. Os(as) proponentes serão comunicados(as), via Sigfapes, da disponibilização do resultado na página eletrônica da Fapes.

9.1.2. É de responsabilidade do(a) proponente manter seus dados cadastrais atualizados no Sigfapes, uma vez que toda comunicação formal será feita por meio das informações fornecidas no sistema.

9.2. Os resultados preliminares divulgados poderão sofrer alterações após análise dos recursos administrativos.

9.3. Os resultados publicados estarão disponíveis na íntegra na página eletrônica da Fapes.

9.4. Junto ao resultado final homologado pelo Conselho Científico Administrativo (CCAF), será publicado o cronograma de entrega da documentação e demais orientações necessárias para contratação do projeto.

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. O proponente pode contestar as decisões tomadas durante as etapas de análise, julgamento de mérito das propostas e prestação de contas, conforme as normas gerais estabelecidas na Resolução nº 337/2024.

10.2. Entende-se por recurso administrativo o pedido de revisão ou modificação de decisão administrativa ou resultado preliminar de edital, independentemente do nome que lhe seja atribuído pelo requerente.

10.3. O recurso deve ser interposto por meio do link a seguir <https://fapes.es.gov.br/formularios>, bem como por meio do formulário disponível no site da Fapes e protocolizado via E-Flow; ou na sede da Fapes.

10.4. O prazo para interposição do recurso é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação do aviso de divulgação do resultado preliminar, da publicação da decisão sobre impugnação ao edital no site da Fapes ou da notificação de decisão de análise técnica no âmbito de atuação da Fapes.

10.4.1. A Fapes não se responsabilizará por recursos administrativos não identificados, sendo prorrogado o prazo recursal caso o E-Flow apresente problemas técnicos que impeçam a interposição do recurso.

10.5. O recorrente poderá desistir voluntariamente do recurso interposto em qualquer fase do processo ou instância.

11. CONTRATAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. Os documentos exigidos para contratação do projeto e das bolsas, bem como o cronograma de entrega, serão publicados junto do resultado homologado da seleção.

11.2. Para a contratação do projeto deverá ser assinado, eletronicamente, Termo de Outorga (**Anexo III**) entre a Fapes, o(a) coordenador(a)/proponente, o(a) Gestor(a)/Representante Legal da Instituição Executora, por meio da plataforma E-Docs (Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo).

11.2.1. O(A) coordenador(a)/proponente e a respectiva Instituição Executora, por meio de seu(sua) Gestor(a)/Representante Legal, deverão realizar o cadastro no Acesso Cidadão (www.acessocidadao.es.gov.br) para contratação do projeto.

11.3. Somente será contratado o projeto cujo(a) coordenador(a) comprove, através de certidões emitidas pelos órgãos competentes ou de outros documentos idôneos, a sua adimplência perante a Fapes, a sua regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e a sua regularidade previdenciária e trabalhista perante a Justiça do Trabalho, o INSS e o FGTS.

11.3.1. As condições de regularidade indicadas no item 11.3 devem ser mantidas enquanto durar a execução do projeto contratado.

11.4. o(a) coordenador(a) do projeto não poderá estar afastado(a) de suas atividades no ato da contratação do projeto.

11.5. As bolsas vinculadas ao projeto serão contratadas diretamente pela Fapes, mediante indicação dos bolsistas pelo(a) coordenador(a), via Sigfapes e apresentação dos documentos de implementação no sistema.

11.6. As exigências e critérios de contratação das bolsas vinculadas ao projeto deverão seguir as normas específicas estabelecidas na **Resolução CCAF 323/2023**, disponível na página eletrônica da Fapes.

11.7. Para liberação dos recursos financeiros o(a) beneficiário(a) deverá encaminhar à Fapes o número da conta corrente no BANESTES aberta em seu nome, indicando o número da agência bancária, em até 30 (trinta) dias após a publicação do Termo de Outorga, sob pena de rescisão do Instrumento.

11.7.1. O(a) proponente deverá estar em dia com seu cadastro junto ao BANESTES para efeito de abertura de conta e recebimento dos recursos.

11.8. O não atendimento ao prazo de entrega da documentação completa e sem pendências ou o não atendimento aos requisitos para contratação resultará na perda do direito à contratação e na convocação das propostas suplentes.

11.8.1. A convocação de propostas suplentes obedecerá a ordem de classificação por tema.

11.8.2. Em caso de inexistência de proposta suplente no tema vacante, será convocada a proposta com maior pontuação final independente do tema.

12. ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. A prestação de contas deverá ser apresentada anualmente e é composta do Relatório Técnico do projeto e do Relatório Financeiro do projeto.

12.1.1. Os Relatórios Financeiros são apresentados em formulários específicos da Fapes, via Sigfapes, acompanhado dos documentos financeiros a serem disponibilizados no Sigfapes, conforme estabelecido no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Elaboração de Prestação de Contas da Fapes/Funcitec (Resolução 313/2022).

12.1.2. Os Relatórios Técnicos serão enviados em formulário específico da Fapes, via Sigfapes.

12.2. As prestações de contas parciais do projeto e os relatórios técnicos dos(a) bolsista deverão ser enviadas em até 30 (trinta) dias após o 12º (décimo segundo) e o 24 (vigésimo quarto) meses do início da vigência do Termo de Outorga.

12.3. O relatório final do projeto e os relatórios técnicos dos bolsistas deverão ser enviados em um prazo de até 30 (trinta) dias após o término da vigência do Termo de Outorga, para o projeto, ou após o término de vigência da bolsa, para bolsistas.

12.4. Serão realizados **03 (três) seminários** na forma abaixo especificada, com participação obrigatória do(a) Coordenador(a). Em caso de impossibilidade de comparecimento, deverá justificar o motivo da ausência e indicar um dos membros da equipe para representá-lo(a).

12.4.1. Seminário “Marco Zero”, previsto para ocorrer no mês de início da execução dos projetos, com o objetivo de prestar as informações necessárias para a execução dos projetos.

12.4.2. Seminário de acompanhamento e avaliação parcial após o 12º de execução do projetos, referente as atividades desenvolvidas, dos resultados/produtos alcançados, do cumprimento do cronograma de execução e das dificuldades encontradas.

12.4.3. Seminário de avaliação final, que ocorrerá ao final da execução do projeto, em que deverão ser apresentados os resultados e produtos alcançados e seu potencial de utilização e incorporação.

12.4.4. Os seminários parcial e final serão acompanhados por pesquisadores(as) especialistas indicados pela Fapes, que emitirão pareceres sobre a sua execução. A base para esta análise será os dados contidos nos relatórios técnicos e na apresentação oral dos(as) coordenadores(a).

12.6. O(a) coordenador(a) do projeto deverá informar à Fapes quaisquer ocorrências, alterações ou discontinuidades na execução do projeto ou das bolsas na data em que configurar o fato, sob pena de aplicação de penalidades previstas nas Resoluções citadas no item 2 deste edital, observado o devido processo legal, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. Das Obrigações do(a) Outorgado(a)/Beneficiário(a)

13.1.1. Sem prejuízo do respeito às demais obrigações constantes do presente Edital e do Termo de Outorga, o outorgado/beneficiário se compromete a:

- a) executar o objeto deste apoio com total observância à proposta aprovada;
- b) cumprir com todas as obrigações aqui descritas, bem como respeitar todas as normas pertinentes à execução do objeto deste apoio;
- c) movimentar os recursos financeiros do apoio de acordo com o Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da Fapes/Funcitec (Resolução CCAF nº 313/2022 e suas alterações);
- d) encaminhar à Fapes, em até 30 (trinta) dias do início da vigência do Termo de Outorga (**Anexo IV**), os dados referentes à agência bancária e à conta corrente aberta do Banco do Estado do Espírito Santo S.A - BANESTES para recebimento dos recursos financeiros, mantendo os valores depositados nesta conta, obrigatoriamente, até a sua utilização;
- e) assumir todas as obrigações legais decorrentes de contratações eventuais, necessárias à consecução do objeto, não tendo tais contratações qualquer vínculo com a Fapes;
- f) manter cadastro atualizado junto à Fapes;
- g) apresentar, nos prazos estabelecidos, informações ou documentos referentes tanto ao desenvolvimento quanto à conclusão do apoio aprovado;
- h) não introduzir alterações ou quaisquer modificações nas especificações inicialmente indicadas na proposta aprovada, salvo expressa autorização da Fapes;
- i) não transferir a terceiros as obrigações ora assumidas;
- j) apresentar os resultados em seminários ou em reuniões de trabalhos quando solicitado pela Fapes;
- k) atuar obrigatoriamente na função de consultor *ad hoc* da Fapes e suas instituições parceiras sempre que solicitado, durante o prazo de vigência do Termo de Outorga, acrescido de 12 meses, nos termos do 4º da Lei Complementar nº 978/2021;
- l) citar o apoio da Fapes em todas as formas de divulgação do trabalho;
- m) elaborar e entregar as prestações de contas na forma e nos prazos estabelecidos neste instrumento e nas normas regulamentadoras;
- n) devolver à Fapes os recursos recebidos, no caso de não execução do objeto do apoio.
- o) devolver à Fapes eventuais valores pagos indevidamente;
- p) permitir e facilitar à Fapes o acesso aos locais de execução do projeto, o exame da documentação produzida e a vistoria dos bens adquiridos, quando for o caso;
- r) comunicar, oficialmente, à Fapes o depósito ou registro de pedido de proteção intelectual decorrente de resultados do projeto;
- t) estar ciente de todos os termos da Resolução CCAF nº 170/2017 (Boas Práticas Científicas na Fapes);

13.1.2. Das Sanções pelo Descumprimento das Obrigações

13.1.2.1. Nos termos das Resolução CCAF n. 314/2022, ao outorgado/beneficiário que descumprir as obrigações ora assumidas poderão ser aplicadas as seguintes medidas:

- a) suspensão do apoio;
- b) reconhecimento de inadimplência do beneficiário perante a Fapes;
- c) cancelamento do apoio;
- d) determinação do dever de ressarcir a Fapes pelos valores recebidos;



- e) suspensão, por até 24 (vinte e quatro) meses, do direito de pleitear apoio da Fapes;
- f) outras consequências expressamente previstas em norma da Fapes.

13.2. Das Obrigações da Fapes

- a) liberar os recursos financeiros na data prevista;
- b) acompanhar a execução da proposta aprovada;
- c) analisar a prestação de contas apresentada.

14. PUBLICAÇÃO E PRODUTOS

13.1. É indispensável que haja menção explícita e destacada ao apoio da Fapes (para ter acesso à logomarca da Fapes, basta acessar <https://fapes.es.gov.br/logos> ou enviar uma mensagem para comunicacao@fapes.es.gov.br), nas atividades e/ou trabalhos de divulgação resultantes do projeto contratado.

14.1.1. Para trabalhos de divulgação publicados em texto, a menção à Fapes deverá ser feita da seguinte forma: **"O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) – <Número T.O. ou Processo>".**

14.2. No caso das atividades realizadas originarem criações intelectuais passíveis de proteção, na forma de inovações tecnológicas, invenções, aperfeiçoamentos e novos conhecimentos aplicáveis às atividades econômicas produtivas, que propiciarem incrementos de seu desempenho, aumento da produtividade dos fatores envolvidos ou otimização do uso de recursos e insumos, as partes obedecerão, quando for o caso, às determinações da Lei Federal nº **10.973/2004**, regulamentada pelo Decreto nº **5.563/2005** e Lei Complementar Estadual nº **642/2012**, observando-se a Resolução CCAF nº **331/2023** e as demais disposições legais vigentes.

14.2.1. Os resultados econômicos auferidos na exploração comercial da criação protegida, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, serão partilhados com a Fapes, conforme expresso na Resolução CCAF nº **331/2023**, por meio de contrato a ser celebrado com as Instituições Executoras de projetos nas quais as patentes ou similares foram desenvolvidas.

14.3. Na forma da Resolução CCAF nº **294/2021**, poderá ser exigida a elaboração de vídeo apresentando os resultados do projeto.

14.4. Eventual publicidade de obras, aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste Edital ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

15.1. Qualquer cidadão poderá requerer, fundamentadamente, a impugnação deste edital, por meio do endereço eletrônico editais.duvidas@fapes.es.gov.br em até 5 (cinco) dias úteis antes de encerrado o prazo de submissão das propostas (item 3).

15.1.1. Para requerer a impugnação, deverá necessariamente ser indicado o item ou o subitem que será objeto da impugnação, bem como a justificativa para tal requisição.

15.1.2. Os pedidos de impugnação serão julgados pela Direx.

15.1.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder a data final de submissão das propostas (item 3).

15.2. O presente edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

15.3. Durante o período de submissão das propostas, serão recebidas dúvidas sobre a Chamada por meio do e-mail editais.duvidas@fapes.es.gov.br.

15.4. A Fapes se reserva, a qualquer tempo, ao direito de solicitar documentação complementar e/ou comprobatória das informações registradas pelo proponente no ato da submissão.

15.5. É de responsabilidade do(a) proponente a obtenção de todas as autorizações e licenças necessárias para a execução do objeto da proposta, se for o caso.

15.6. Os documentos que demandam de assinaturas poderão ser assinados eletronicamente via E-Docs (Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo), assinaturas digitais com certificado ICP-Brasil (Decreto nº 4410-R, de 18.04.2019) e assinaturas realizadas no documento original impresso e posteriormente digitalizado.

15.7. Em caso de inexecução total ou parcial do objeto, deverá o(a) proponente justificar o ato e ressarcir à Fapes todo recurso recebido (juntamente com os rendimentos decorrentes da aplicação financeira), sob penalidade de inclusão na Dívida Ativa, precedida do devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.8. Poderá ser automaticamente rescindido o Termo de Outorga, a qualquer tempo, no caso de descumprimento de quaisquer exigências e na hipótese de falecimento, sem prejuízo das penalidades no instrumento jurídico, quando cabíveis ou por acordo entre as partes, mediante prévia e expressa comunicação formalizada por escrito, desde que cessadas as obrigações pactuadas.

15.9. Os casos omissos e eventuais dúvidas de interpretação do presente edital serão dirimidos pela Diretoria Executiva da Fapes.

15.ANEXOS

ANEXO I – FORMULÁRIO DE SUBMISSÃO

ANEXO II – PARÂMETRO DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO – N1

ANEXO III – TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO - TO

Vitória, 14/04/2025
Rodrigo Varejão Andreão
Diretor Geral da Fapes

EDITAL FAPES Nº 07/2025
APOIO A PROJETOS EM GRUPO DE ECONOMIA VERDE E AZUL NO ESPÍRITO SANTO
ANEXO I - FORMULÁRIO DE SUBMISSÃO DO PROJETO

I – QUADRO GERAL			
PREENCHA O FORMULÁRIO COM OS DADOS DO(A) PROPONENTE			
1. DADOS DA INSTITUIÇÃO EXECUTORA			
EDITAL:	EDITAL FAPES Nº 07/2025 - APOIO A PROJETOS EM GRUPO DE ECONOMIA VERDE E AZUL NO ESPÍRITO SANTO		
NOME DA INSTITUIÇÃO:		CNPJ:	XX. XXX. XXX/XXXX-XX
ENDEREÇO:			
BAIRRO:			
CIDADE:		UF:	
CEP:		TELEFONE COMERCIAL:	(XX) XXXXX-XXXX
E-MAIL:		URL:	
2. DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL OU REPRESENTANTE POR DELEGAÇÃO			
NOME:			
CARGO:	(Reitor, pró-reitor ou diretor institucional)	CPF:	
RG:		ÓRGÃO EXPEDIDOR:	
NACIONALIDADE:			
ATO DE NOMEAÇÃO/DELEGAÇÃO:			
CIDADE:		UF:	
CEP:		TELEFONE:	
E-MAIL:			
3. DADOS DO/A COORDENADOR/A DO PROJETO			
NOME:			
CARGO:		CPF:	
RG:		ÓRGÃO EXPEDIDOR:	
ENDEREÇO:			
BAIRRO:			
CIDADE:		UF:	
CEP:		TELEFONE:	
E-MAIL:			
VÍNCULO COM A INSTITUIÇÃO:	* Informe o vínculo do(a) coordenador(a) com a Instituição Executora		
4. EXPERIÊNCIA DO/A COORDENADOR/A EM COORDENAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS			
Descreva a experiência em coordenação e participação em projetos de pesquisa ou extensão em grupo, com destaque para o eixo temático e linha de pesquisa da proposta em consonância com a tabela 1.			

II – PROJETO			
OS CAMPOS ABAIXO SE DESTINAM AO DETALHAMENTO DO PROJETO.			
1. DADOS DO PROJETO			
EDITAL:	EDITAL FAPES Nº 07/2025 - APOIO A PROJETOS EM GRUPO DE ECONOMIA VERDE E AZUL NO ESPÍRITO SANTO		
TÍTULO DO PROJETO:			
VALOR DA PROPOSTA (R\$):			
EIXO TEMÁTICO: <i>*Apenas 1 eixo possível</i>		LINHA (S) DE PESQUISA correspondente(s) ao eixo definido	
MUNICÍPIO(S) DE ABRANGÊNCIA: <i>* Verificar os municípios no item 1.3 deste edital</i>			
Grande Área do Conhecimento da Proposta (assinalar somente uma – em caso de proposta multidisciplinar marcar a de maior aderência)			
<input type="checkbox"/> Ciências Agrárias		<input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes	
<input type="checkbox"/> Engenharias		<input type="checkbox"/> Ciências da Saúde	
<input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Terra		<input type="checkbox"/> Ciências Sociais Aplicadas	
<input type="checkbox"/> Ciências Humanas		<input type="checkbox"/> Ciências da Vida	
Subáreas do Conhecimento da Proposta (conforme tabela do CNPq) Inserir códigos e subáreas			
.._._._ Nome da subárea (conforme tabela do CNPq):			
.._._._ Nome da subárea (conforme tabela do CNPq):			
.._._._ Nome da subárea (conforme tabela do CNPq):			
2. OBJETIVO GERAL			
Descrever claramente o objetivo do projeto, a entrega final mensurável a ser feita ao término do projeto.			
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
Descrever os objetivos específicos do projeto.			
1			
2			
3			
4			
5			
...			
4. DETALHAMENTO DO PROJETO			
Esta parte refere-se ao escopo técnico-científico do projeto. A proposta deve ser o mais completa e detalhada nas informações disponibilizadas, demonstrando os aspectos relacionados ao itens: 8.2.3 e 8.36 – critérios de análise e julgamento, N1 e N2, respectivamente. As informações aqui solicitadas podem ser acrescidas com observações/comentários extras que o(a) proponente considerar pertinentes.			

A) RESUMO				
B) CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DO TEMA E JUSTIFICATIVA				
Dissertação de como o objeto da pesquisa se inscreve no campo de conhecimento e como os conhecimentos permitem precisar as questões ou as hipóteses da pesquisa; A relevância e originalidade do projeto para a área temática e a multidisciplinaridade e interinstitucionalidade do projeto				
C) DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA/CICLO DE VIDA				
Descreva o que será entregue (escopo) e a metodologia ou ciclo de vida utilizado para realizar a entrega final do projeto.				
D. ESTRUTURA OPERACIONAL E MODELO DE GESTÃO DO PROJETO				
Descrever a dinâmica de trabalho com a equipe e instituições participantes do projeto, levando-se em conta Multidisciplinaridade e interinstitucionalidade do projeto.				
E) PÚBLICO-ALVO OU IMPACTADO PELO PROJETO				
Informe e justifique todos aqueles que possam ser impactados ou possuam algum interesse no projeto, direta ou indiretamente				
5. RISCOS				
Identificar e descrever eventos ou condições incertas que, se ocorrerem, provocarão efeitos negativos ou positivos (oportunidades) na execução do projeto. Os riscos servem para que o coordenador justifique determinados recursos (físicos e financeiros) alocados para atender situações de mitigação e/ou contingenciamento. Para os riscos que possuam alto impacto (negativo ou positivo) no projeto é preciso apontar a forma de mitigação e contingenciamento destes eventos.				
III – EQUIPE DO PROJETO				
OS CAMPOS ABAIXO SE DESTINAM AO DETALHAMENTO DOS MEMBROS QUE COMPOEM A EQUIPE DO PROJETO. TODOS OS MEMBROS AQUI INSERIDOS PRECISAM OBRIGATORIAMENTE ESTAR INSERIDO NA PROPOSTA ONLINE/SIGFAPES				
A) PESQUISADORES PRINCIPAIS – INCLUÍDO O(A) COORDEADOR(A) NA FORMA EXIGIDA NO ITEM 4.4 b)				
#	Nome	Função / Papel no projeto	Titulação máxima	Instituição/Localidade
1				
2				
3				
4				
5				
6				
...				

B) PESQUISADORES COLABORADORES (SE FOR O CASO) NA FORMA PREVISTA NO ITEM 4.4 c)

#	Nome	Função / Papel no projeto	Titulação máxima	Instituição/Localidade
1				
2				
3				
4				
5				
6				
...				

B) ALUNOS(AS) (SE FOR O CASO) NA FORMA PREVISTA NO ITEM 4.4 c)

#	Nome	Função / Papel no projeto (ex: aluno graduação/ pós graduação etc..)	Titulação	Instituição/Localidade
1				
2				
3				
4				
5				
6				
...				

IV – CRONOGRAMA E EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO

OS CAMPOS ABAIXO SE DESTINAM AO DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS (ENTREGÁVEIS) E ATIVIDADES NECESSÁRIAS AO ALCANCE DE CADA META (ENTREGA) DO PROJETO.

SUGESTÃO: ELABORAR UMA EAP (ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO) FACILITA A ORGANIZAÇÃO POR ETAPAS, ENTREGÁVEIS E DEFINIÇÃO DE ATIVIDADES.

1. CRONOGRAMA FÍSICO

INFORMAR AS ETAPAS OU METAS FÍSICAS (ENTREGAS) DO PROJETO, AS ATIVIDADES NECESSÁRIAS PARA CADA UMA DAS ENTREGAS, BEM COMO, O INDICADOR DE EXECUÇÃO. AS METAS PODEM SER OPERACIONAIS OU DE RESULTADOS E SERÃO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO PARCIAL E FINAL DO PROJETO. **TODAS AS ETAPAS/METAS (ENTREGAS) DEVEM ESTAR RELACIONADAS AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS IDENTIFICADOS NO ITEM 3 / II – PROJETO.**

Obj. #	Objetivo Específico							
	Identificar cada objetivo específico e descrever as atividades necessárias para a etapa / meta (entregável) – inserir quantas etapas forem necessárias para cada objetivo e/ou etapa.							
1	OBJETIVO ESPECÍFICO 1:							
Item #	Etapas / Metas Físicas (Entregas) e Atividades Necessárias	Indicador de Execução (Unidades: Percentual, quantidade ou valor)	Previsão de Alcance das Metas (Semestral)					
			1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	Etapas:							
1.1								
1.2								
1.3								
1.n								
2	Etapas:							
2.1								
2.2								
2.3								
2.n								




Obj. #	OBJETIVO ESPECÍFICO 2:							
Item #	Etapas / Metas Físicas (Entregas) e Atividades Necessárias	Indicador de Execução (Unidades: Percentual, quantidade ou valor)	Previsão de Alcance das Metas (Semestral)					
			1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	Etapa:							
1.1								
1.2								
1.3								
1.n								
2	Etapa:							
2.1								
2.2								
2.3								
2.n								
Obj. #	OBJETIVO ESPECÍFICO 3: xxxxx							
Item #	Etapas / Metas Físicas (Entregas) e Atividades Necessárias	Indicador de Execução (Unidades: Percentual, quantidade ou valor)	Previsão de Alcance das Metas (Semestral)					
			1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	Etapa:							
1.1								
1.2								
1.3								
1.n								
2	Etapa:							
2.1								
2.2								
2.3								
2.n								
Obj. #	OBJETIVO ESPECÍFICO 4: xxxxx							
Item #	Etapas / Metas Físicas (Entregas) e Atividades Necessárias	Indicador de Execução (Unidades: Percentual, quantidade ou valor)	Previsão de Alcance das Metas (Semestral)					
			1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	Etapa:							
1.1								
1.2								
1.3								
1.n								
2	Etapa:							
2.1								
2.2								
2.3								
2.n								

V – RECURSOS FINANCEIROS

INFORMAR OS ITENS FINANCIÁVEIS CONFORME AS POSSIBILIDADES APRESENTADAS NO ANEXO II DO EDITAL.

DESPESAS DE CUSTEIO							
#	PRODUTO / SERVIÇO	JUSTIFICATIVA PARA USO DO PRODUTO / SERVIÇO PRETENDIDO	ESTIMATIVA				
			% REFERENTE AO VALOR TOTAL DA DESPESA	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
2						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
3						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
4						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
...						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
% REFERENTE AO VALOR TOTAL DO PROJETO (Total da Despesa / Total do Projeto):					TOTAL DO CUSTEIO:	R\$ 000.000,00	
2. DESPESAS DE CAPITAL							
#	PRODUTO / SERVIÇO	JUSTIFICATIVA PARA USO DO PRODUTO / SERVIÇO PRETENDIDO	ESTIMATIVA				
			% REFERENTE AO VALOR TOTAL DA DESPESA	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
2						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
3						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
4						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
...						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
% REFERENTE AO VALOR TOTAL DO PROJETO (Total da Despesa / Total do Projeto):					TOTAL DO CAPITAL:	R\$ 000.000,00	
3. DESPESAS COM BOLSAS							
#	TIPO DE BOLSA	JUSTIFICATIVA PARA USO	ESTIMATIVA				
			% REFERENTE AO VALOR TOTAL DA DESPESA	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
2						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
3						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
4						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
...						R\$ 000.000,00	R\$ 000.000,00
% REFERENTE AO VALOR TOTAL DO PROJETO (Total da Despesa / Total do Projeto):					TOTAL DE BOLSAS:	R\$ 000.000,00	

ANEXO III – PARÂMETROS DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO – N1

  				
EDITAL FAPES Nº 07/2025				
APOIO A PROJETOS EM GRUPO DE ECONOMIA VERDE E AZUL NO ESPÍRITO SANTO				
PARÂMETROS DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO - N1				
Critérios de Avaliação				
ITEM	CRITÉRIOS	NOTA	PONTUAÇÃO	NOTA FINAL
A	Aderência da proposta quanto à sua concepção e estratégia em relação aos objetivos e temas desta Chamada.	0,00 a 20,00		0,00
B	Avanço científico e tecnológico da proposta em relação ao conhecimento existente e ao potencial impacto dos resultados para a solução dos problemas específicos, principalmente relacionado ao seu aspecto inovador.	0,00 a 10,00		0,00
C	Adequação da proposta aos requerimentos explicitados na Chamada , considerados o mérito científico, a originalidade, a capacidade de mobilização de grupos de pesquisa, a articulação de suas atividades em formato de rede e a interdisciplinaridade.	0,00 a 10,00		0,00
Campo abaixo obrigatório para recomendações e justificativas: (Justifique as notas dadas nos 3 itens acima e proponha sugestões para melhoria dos itens avaliados, se for o caso).				
D	Experiência e capacidade do proponente para liderar projetos complexos e com vários participantes, na capacitação de pós-graduandos e na estruturação da equipe visando à consecução dos objetivos e metas propostos.	0,00 a 10,00		0,00
E	Competência, experiência e adequação da equipe de pesquisadores em relação aos objetivos e metas da proposta e em relação à capacidade de formação de recursos humanos com o perfil adequado aos desafios da Chamada.	0,00 a 10,00		0,00
F	Multidisciplinaridade e interinstitucionalidade do projeto levando-se em conta a existência de atividades ou metas conjuntas entre uma ou mais instituições e/ou entre diferentes cursos, instituições, laboratórios e centros de pesquisa.	0,00 a 10,00		0,00
Campo abaixo obrigatório para recomendações e justificativas: (Justifique as notas dadas nos 3 itens acima e proponha sugestões para melhoria dos itens avaliados, se for o caso).				
G	Impacto socioeconômico local ou regional à comunidade , incluindo o potencial desenvolvimento regional a partir da geração de emprego e renda às comunidades locais, incluindo o envolvimento de grupos em vulnerabilidade social, mulheres e jovens	0,00 a 10,00		0,00
H	Sustentabilidade Ambiental , levando-se em conta o impacto ambiental do projeto e a incorporação de práticas sustentáveis em todas as fases, desde a concepção até a implementação e monitoramento. Isso poderia incluir a consideração do uso eficiente de recursos naturais, minimização de resíduos, conservação da biodiversidade e adoção de tecnologias limpas.	0,00 a 10,00		0,00
I	Metodologia de Extensão , levando-se em conta que a metodologia de pesquisa e extensão do projeto prevê a participação da comunidade alvo do projeto nas atividades propostas.	0,00 a 10,00		0,00
Campo abaixo obrigatório para CONCLUSÕES FINAIS sobre o projeto como um todo levando-se em conta os principais aspectos positivos e negativos				



ANEXO III - TERMO DE OUTORGA

TERMO DE OUTORGA Nº ____/20XX

EDITAL FAPES Nº ____/20XX - ECONOMIA VERDE E AZUL NO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO Nº ____/____

PARTÍCIPES

OUTORGANTE: A FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, reorganizada pela Lei Complementar nº 978/2021, adiante designada simplesmente FAPES, com sede na Avenida Fernando Ferrari, nº 1080, Ed. América Centro Empresarial, Torre Norte, 7º andar, Mata da Praia, Vitória/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 07.296.722/0001-84, na qualidade de gestora do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia - FUNCITEC, neste ato representada por seu Diretor-Geral, RODRIGO VAREJÃO ANDREÃO, nomeado pelo Governador do Estado por meio do Decreto Nº 048-S, DE 12.01.2024, e por sua Diretora Setorial, LUCIA APARECIDA DE QUEIROZ ARAUJO, nomeada pelo Governador do Estado do Espírito Santo, por meio do Decreto nº 278-S, publicado no DIO/ES em 01.01.2019;

OUTORGADO: _____, Coordenador(a) do Projeto, portador(a) da CI nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente na _____, vinculado(a) à **INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO DO PROJETO** _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada na _____, ES.

Resolvem celebrar o presente Instrumento que se regerá na forma das cláusulas abaixo e, no que couber, de acordo com a Lei Federal 10.973/2004, Lei Complementar Federal 182/2021, Portaria Interministerial nº 33/2023, Leis Complementares Estaduais 642/2012 e 978/2021, Decretos Estaduais 5.039/2021 e 5.203-R/2022 e suas alterações bem como com os demais instrumentos normativos pertinentes à matéria, em conformidade com as Resoluções CCAF nº 122/2014 (Normas Gerais de Projetos e Auxílios), 129/2015 (Apoio a Projeto de Pesquisa), 170/2017 (Boas Práticas Científicas), 309/2022 (Itens Financiáveis e Não Financiáveis), 313/2022 (Regulamenta o Manual de utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da Fapes e do Funcitec), 314/2022 ((Redefine as regras e consequências por descumprimento de deveres assumidos por beneficiário da Fapes), 323/2023 (Concessão de bolsas em Projetos Institucionais de Governo), 341/2024 (Tabela de Valores de Bolsas e Auxílios), 331/2023 (Regulamenta a participação da Fapes nos direitos decorrentes de criações resultantes da execução de projetos fomentados), 337/2024 (Recursos Administrativos) e suas alterações, sem prejuízo dos critérios e condições específicos estabelecidos no EDITAL FAPES N 0xx/20XX - ECONOMIA VERDE E AZUL NO ESPÍRITO SANTO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Este instrumento tem por objeto o apoio financeiro ao Projeto de Pesquisa Científica, Tecnológica ou de Inovação aprovado na forma do EDITAL FAPES Nº 07/2025 - APOIO A PROJETOS EM GRUPO DE ECONOMIA VERDE E AZUL NO ESPÍRITO SANTO.

Parágrafo primeiro. O projeto será desenvolvido sob a coordenação e a integral responsabilidade do Outorgado.

Parágrafo segundo. O projeto de pesquisa aprovado pela FAPES e pela Fundação Renova q integra o presente instrumento, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ORIGEM DOS RECURSOS/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros destinados ao Projeto e às bolsas e auxílios a ele vinculadas são provenientes da FAPES, sob a Fonte: 1500/2500/1700 e 2700, Atividade: 19.571.0017.2232 e Elementos de Despesa: 339020/ 449020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROJETO: A FAPES se compromete a repassar ao Outorgado o valor global aprovado, em até duas parcelas, conforme previsto no cronograma de desembolso, observando-se o seguinte:

I – Os recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso, correspondentes às despesas de custeio (exceto bolsa) e capital, serão depositados em conta corrente do Banco do Estado do Espírito Santo S.A – BANESTES aberta pelo Outorgado em nome da FAPES, desde que o mesmo esteja adimplente com a FAPES e em situação regular junto às Fazendas Públicas Federal/Previdenciária, Estadual, Municipal e com a Justiça do Trabalho.

II - A primeira parcela dos recursos será liberada após a assinatura e publicação deste Instrumento, em até 5 (cinco) dias úteis da abertura da conta bancária.

III - O pagamento da segunda parcela ficará condicionado à apresentação da primeira Prestação de Contas, e ao comprometimento/gasto de pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos financeiros recebidos, e assim sucessivamente, quando for o caso.

Parágrafo primeiro. A utilização dos recursos pelo Outorgado se dará de acordo com o projeto aprovado, devendo ser observada a legislação vigente, bem como o Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC.

Parágrafo segundo. Os rendimentos decorrentes da aplicação financeira somente poderão ser incorporados ao valor do apoio na forma prevista no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC.

Parágrafo terceiro. Constitui fator impeditivo à liberação do recurso aprovado, a qualquer tempo, a existência de inadimplência, de natureza financeira ou técnica, do OUTORGADO com a FAPES ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e com a Justiça Trabalhista.

Parágrafo quarto. Para a implementação da bolsa deverão ser observando-se as exigências e os critérios de contratação estabelecidos pelo edital e pelas Resoluções de cada modalidade.

Parágrafo quinto. As bolsas vinculadas ao projeto aprovado, serão implementadas pela FAPES, mediante solicitação do Coordenador do Projeto, acompanhada do plano de trabalho de cada bolsista, observando-se as exigências e os critérios de contratação estabelecidos pelas Resoluções.

Parágrafo sexto. O valor mensal das bolsas, encontra-se previstas e vinculadas ao projeto aprovado pela FAPES.

Parágrafo sétimo. O pagamento das parcelas da bolsa no mês da suspensão e no mês de retorno será realizado, desde que o Bolsista tenha executado o Plano de Atividades por no mínimo 16 (dezesesseis) dias no respectivo mês, não sendo efetuado pagamento de forma proporcional.

CLÁUSULA QUARTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROJETO: A movimentação dos recursos financeiros do projeto deverá observar a legislação pertinente, bem como o Manual de Prestação de Contas da FAPES.

Parágrafo primeiro. O Outorgado deverá aplicar imediatamente os recursos depositados na conta bancária que trata esta cláusula em caderneta de poupança enquanto não utilizados, se a previsão de uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em título de dívida pública federal, se a previsão de uso for inferior a 30 (trinta) dias;

Parágrafo segundo. O Outorgado deverá autorizar o Banestes formalmente a:

I – permitir à Fapes transferir os recursos financeiros do projeto aos cofres públicos, em caso de morte do Outorgado ou ainda, por motivo de força maior, devidamente comprovada;

II – entregar diretamente à Fapes, os extratos da conta bancária que trata esta cláusula, sempre que solicitado.

Parágrafo terceiro. O Outorgado deverá utilizar a conta bancária que trata esta cláusula, exclusivamente, para recebimento e movimentação dos recursos financeiros objeto deste Instrumento, de acordo com o projeto aprovado, devendo ser observada a legislação vigente, bem como o Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da Fapes/Funcitec (Resolução CCAF nº 313/2022 e suas alterações), sendo vedado qualquer desvio de finalidade, ainda que temporariamente;

Parágrafo quarto. O Outorgado deverá movimentar a conta somente por meio de cheques nominativos aos favorecidos, ou pela utilização do cartão administrativo de débito do Banestes, correspondendo cada cheque emitido ou débito no cartão a um único pagamento.

Parágrafo quinto. Os rendimentos decorrentes da aplicação financeira somente poderão ser incorporados ao valor do apoio na forma prevista no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da Fapes/Funcitec (Resolução CCAF nº 313/2022 e suas alterações).

Parágrafo sexto. O Outorgado deverá depositar obrigatoriamente até o 15º (décimo quinto) dia após o prazo de vigência deste Instrumento, no Banestes, na conta corrente nº 12380606, agência nº 104, em nome do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - Bandes, o saldo remanescente e/ou os rendimentos oriundos da aplicação financeira não utilizados na execução do objeto do projeto e tomar as seguintes providências:

I – Comunicar e comprovar a devolução de recursos imediatamente após o prazo estipulado para o depósito, com a identificação do número do processo, ao setor de Prestação de Contas da Fapes;

II – Juntar a respectiva guia de depósito de devolução dos recursos, quando da apresentação da Prestação de Contas Financeira final.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO OUTORGADO: Sem prejuízo das demais cláusulas e condições constantes do presente Termo, o Outorgado se compromete a:

a) executar o objeto deste apoio com total observância à proposta aprovada;

b) cumprir com todas as obrigações aqui descritas, bem como respeitar todas as normas pertinentes à execução do objeto deste apoio;

- c) movimentar os recursos financeiros do apoio de acordo com o Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da Fapes/Funcitem (Resolução CCAF nº 313/2022 e suas alterações);
- d) encaminhar à Fapes, em até 30 (trinta) dias do início da vigência do Termo de Outorga (Anexo III), os dados referentes à agência bancária e à conta corrente aberta do Banco do Estado do Espírito Santo S.A - BANESTES para recebimento dos recursos financeiros, mantendo os valores depositados nesta conta, obrigatoriamente, até a sua utilização;
- e) assumir todas as obrigações legais decorrentes de contratações eventuais, necessárias à consecução do objeto, não tendo tais contratações qualquer vínculo com a Fapes;
- f) manter cadastro atualizado junto à Fapes;
- g) não se afastar da Instituição Executora para a realização de capacitação, doutorado, pós-doutorado ou por demais motivos durante a vigência do projeto;
- h) apresentar, nos prazos estabelecidos, informações ou documentos referentes tanto ao desenvolvimento quanto à conclusão do apoio aprovado;
- i) não introduzir alterações ou quaisquer modificações nas especificações inicialmente indicadas na proposta aprovada, salvo expressa autorização da Diretoria Executiva da Fapes;
- j) não transferir a terceiros as obrigações ora assumidas;
- k) apresentar os resultados em seminários ou em reuniões de trabalhos quando solicitado pela Fapes;
- l) atuar obrigatoriamente na função de consultor ad hoc da Fapes e suas instituições parceiras sempre que solicitado, durante o prazo de vigência do Termo de Outorga, acrescido de 12 meses;
- m) citar o apoio da Fapes e a Fundação Renova em todas as formas de divulgação do trabalho;
- n) elaborar e entregar as prestações de contas na forma e nos prazos estabelecidos neste instrumento e nas normas regulamentadoras;
- o) devolver à Fapes os recursos recebidos, no caso de não execução do objeto do apoio. p) Devolver à Fapes eventuais valores pagos indevidamente;
- q) permitir e facilitar à Fapes o acesso aos locais de execução do projeto, o exame da documentação produzida e a vistoria dos bens adquiridos;
- r) comunicar, oficialmente, à Fapes o depósito ou registro de pedido de proteção intelectual decorrente de resultados do projeto;
- s) manter atendimento aos requisitos previstos no Edital, estar adimplente com a Fapes e em situação regular junto às fazendas públicas Federal, Estadual e Municipal e com a Justiça Trabalhista durante toda a vigência do Termo de Outorga (Anexo III);
- t) estar ciente de todos os termos da Resolução CCAF nº 170/2017 (Boas Práticas Científicas na Fapes);
- u) autorizar o BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S/A formalmente a:
 - I- permitir à FAPES transferir os recursos financeiros do projeto aos cofres públicos, em caso de morte do OUTORGADO ou ainda, por motivo de força maior, devidamente comprovada;
 - II- entregar diretamente à FAPES, os extratos da conta citada no inciso I desta Cláusula, sempre que solicitado;
- v) depositar obrigatoriamente até o décimo quinto dia após o prazo de vigência deste Instrumento, no BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S/A, na conta corrente nº 12380606, agência nº 104, em nome do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES ou através do PIX, por meio da Chave fapespix@bandes.com.br.

CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EXECUTORA DO PROJETO: Sem prejuízo das demais cláusulas e condições constantes deste Termo, a Instituição de Execução do projeto se compromete a:

- a) garantir condições de plena viabilidade para a realização do projeto, disponibilizando as instalações e assegurando contrapartida de recursos materiais e humanos;
- b) comunicar, oficialmente, à Fapes o depósito ou registro de pedido de proteção intelectual decorrente de resultados do projeto, quando for o caso.
- c) providenciar, em conjunto com o Outorgado, a incorporação dos bens adquiridos ao patrimônio da Instituição, quando da sua aquisição;
- d) manter e conservar os bens adquiridos em perfeito estado de funcionamento;
- e) garantir a utilização dos bens adquiridos na execução do projeto, objeto deste Instrumento;
- f) manter o cadastro do Gestor/Representante Legal atualizado junto à Fapes;
- g) prestar qualquer informação sempre que solicitada pela Fapes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA FAPES: Sem prejuízo das demais cláusulas e condições constantes do presente Termo, a Fapes se compromete a:

- a) repassar ao Outorgado os recursos financeiros previstos para o projeto aprovado;

- b) acompanhar o cumprimento pelo Outorgado dos objetivos estabelecidos no projeto e neste instrumento, mediante a análise de Prestação de Contas Técnica e Financeira;
- c) organizar seminário de acompanhamento de execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS VEDAÇÕES: É vedado ao Outorgado:

- a) utilizar os recursos financeiros concedidos para realizar aquisições e/ou pagamentos de itens não financiáveis;
- b) efetuar pagamento a si próprio, exceto nos casos previstos no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da Fapes/Funcitec (Resolução CCAF nº 313/2022 e suas alterações);
- c) utilizar os recursos financeiros do projeto a título de empréstimo para reposição futura, ainda que em caráter de emergência;
- d) transferir recursos para fundações e similares a título de execução da parte financeira do projeto, bem como o pagamento de taxa de administração, gerência ou similar;
- e) executar despesas com documentos fiscais emitidos em data anterior ou posterior à vigência do presente Instrumento. Despesas realizadas, bem como documentos fiscais emitidos fora do prazo de vigência deste Instrumento serão glosadas na forma da legislação vigente;
- f) efetuar despesas com a contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo, e despesas de rotina como contas de luz, água, telefone, correio e similares, entendidas estas como despesas de contrapartida obrigatória da Instituição de Execução do Projeto;
- h) realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correções monetárias referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos estabelecidos;
- i) permitir que haja acúmulo de bolsas com recursos repassados pela Fapes com quaisquer outras bolsas de agências ou entidades nacionais ou estrangeiras;
- j) se afastar da Instituição Executora para a realização de capacitação, doutorado, pós-doutorado ou por demais motivos durante a vigência deste Instrumento;
- k) atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES: Integram o presente Instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- I – o Projeto e o Orçamento, na forma aprovada pela FAPES;
- II – o Formulário de Atividades dos bolsistas a serem vinculados aos projeto;
- III – a Resolução nº 313/2022 - Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC;
- IV - a Resolução nº 314/2022 - Consequências por descumprimento de deveres assumidos por beneficiário da Fapes;
- V - a Resolução nº 170/2017 - Boas Práticas Científicas;
- VI - as demais Resoluções citadas no presente ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PESQUISA- Fica o Outorgado obrigado a mencionar o apoio da Fapes e a Fundação Renova, nos trabalhos publicados, nos seminários, simpósios e similares, e ainda, na divulgação dos mesmos, sob qualquer forma de comunicação ou por qualquer veículo, em decorrência do presente apoio financeiro, conforme edital.

Parágrafo primeiro. Deverá constar nos trabalhos e atividades acima citadas, nos impressos em geral e nas publicidades, a logomarca Fapes e a Fundação Renova, em lugar visível, de fácil identificação em escala e tamanho proporcionais à área de leitura.

Parágrafo segundo. Eventual publicidade de obras, aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste edital ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

CLÁUSULA DÉCIMO PRIMEIRA - DO MATERIAL PERMANENTE: A aquisição de bens e material permanente, vinculados ao projeto, deverá ser feita pelo Outorgado com estrita observância da legislação vigente, respeitados os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, buscando a proposta mais vantajosa.

Parágrafo primeiro. Todos os bens patrimoniais adquiridos ou produzidos com apoio financeiro concedido integrarão o patrimônio da Instituição Executora do projeto.

Parágrafo segundo. A Instituição Executora do projeto deverá observar os seguintes procedimentos em relação aos bens adquiridos, durante a vigência do presente instrumento:

- I – arcar com todas as despesas referentes ao transporte dos bens;

II – em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente;

III – somente movimentar os bens dentro da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização. Parágrafo terceiro. O outorgado e a Instituição Executora do projeto deverão encaminhar a Fapes, na Prestação de Contas Financeira, a relação de bens adquiridos, desenvolvidos ou produzidos, quando houver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL(IS) E FINAL - O Outorgado deverá encaminhar à FAPES as prestações de contas parcial e final, eletronicamente, compostas pelos seguintes documentos:

- a) Relatório técnico do projeto;
- b) Relatório técnico do Bolsista;
- c) Relatório financeiro do projeto, acompanhado dos documentos comprobatórios e as justificativas das despesas efetuadas, conforme o Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC (Resolução CCAF nº 313/2022).

Parágrafo primeiro. Cada prestação de contas parcial deverá ser enviada à FAPES em até 30 (trinta) dias após transcorridos 12 (doze) meses de vigência deste instrumento.

Parágrafo segundo. A prestação de contas final deverá ser enviada à FAPES em até 30 (trinta) dias após o fim da vigência deste instrumento.

Parágrafo terceiro. Os relatórios deverão ser apresentados por meio do Sistema de Informação e Gestão da FAPES – SIGFAPES, eletronicamente, e a critério da FAPES, poderá ser solicitada a entrega dos documentos financeiros na sede da FAPES.

Parágrafo quarto. O Relatório Financeiro Final deverá ser acompanhado também de documentos que comprovem o encerramento da conta, com a devolução do saldo remanescente, mediante depósito em conta bancária específica, conforme Cláusula Quarta.

Parágrafo quinto. O relatório técnico parcial e final será submetido à análise de especialista, por meio de apresentação dos resultados em Seminário de Avaliação parcial e final.

Parágrafo sexto. A não apresentação das Prestações de Contas nos prazos estabelecidos, assim como o não envio das contas com irregularidade que persista após os prazos concedidos pela FAPES implicará na suspensão imediata do repasse das parcelas de recursos financeiros do projeto, bem como na suspensão do pagamento das parcelas de bolsa, ficando o Outorgado em situação de inadimplência com a FAPES.

Parágrafo sétimo. Sanada a inadimplência, com o envio das contas ou a sua regularização, nos prazos concedidos pela FAPES, os pagamentos serão reestabelecidos, com pagamento retroativo das parcelas do projeto e de bolsas correspondentes ao período de suspensão.

Parágrafo oitavo. O projeto, bem como a bolsa a ele vinculados serão cancelados, tendo o Outorgado não apresentado as Prestações de Contas nos prazos estabelecidos, assim como o não envio das contas com irregularidade, na forma do Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC (Resolução CCAF nº 313/2022), assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo nono. Será realizado seminário de acompanhamento do desenvolvimento do projeto e um seminário final em até 90 (noventa) dias após o prazo de execução do projeto, organizado pela equipe técnica da FAPES e da SEAMA, sendo obrigatória a participação do Outorgado, que deverá apresentar os resultados decorrentes do desenvolvimento do projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA BOLSA - A indicação do candidato à bolsa deverá ser realizada pelo Outorgado por meio de solicitação de implementação de bolsa enviada à FAPES, via SIGFAPES, acompanhada de toda a documentação do candidato, obedecendo os prazos previstos neste instrumento, com observância dos requisitos gerais e específicos de cada modalidade previstos nas respectivas resoluções e no edital.

Parágrafo primeiro. Para a implementação da cota de bolsa deverá ser observado o seguinte:

- I- É obrigatório o bolsista ter um orientador/supervisor durante todo período da bolsa;
- II- É obrigatório o cadastramento prévio do bolsista e do orientador/supervisor no sistema SIGFAPES;
- III - O Outorgado deverá indicar as cotas de bolsa, de acordo com o cronograma publicado pela FAPES;
- IV - O Outorgado, bolsista e orientador/supervisor deverão estar adimplentes com suas obrigações junto à FAPES.

Parágrafo segundo. A inobservância dos requisitos do bolsista acarretará devolução da indicação da bolsa.

Parágrafo terceiro. A bolsa será implementada após aprovação da FAPES, e terá início no primeiro dia do mês subsequente à sua aprovação, as bolsas financiadas pela FAPES serão implementadas por meio do SIGFAPES, quando houver.

Parágrafo quarto. Não poderá ser implementada bolsa ao aluno em quantidade inferior a 3 (três) parcelas.

Parágrafo quinto. A inobservância dos requisitos do candidato à bolsa constituirá fator impeditivo para a implementação da bolsa.

Parágrafo sexto. Se verificada a inobservância dos requisitos do candidato à bolsa após sua implementação, deverá ser realizado o imediato cancelamento dos pagamentos da bolsa, devendo o bolsista ressarcir à FAPES os recursos pagos indevidamente, a FAPES notificará o Outorgado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo sétimo. O bolsista deverá manter atendimento, durante toda a vigência do projeto, as obrigações e requisitos previstos nas Resoluções e no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DE PARCELAS REMANESCENTES DA COTA DE BOLSA - As parcelas remanescentes de uma cota de bolsa poderão ser utilizadas, desde que:

I - o bolsista desligado da cota tenha entregue o Relatório Técnico Final da bolsa e esteja em dia com suas obrigações junto à FAPES;

II - haja o saldo de no mínimo 3 (três) parcelas de bolsa.

Parágrafo primeiro. Para preenchimento das cotas de bolsa, a mesma cota poderá ser utilizada para beneficiar mais de um bolsista, desde que de forma subsequente e não simultânea.

Parágrafo segundo. O Outorgado deverá indicar à bolsa, para recebimento das parcelas remanescentes, via SIGFAPES, conforme orientação e prazos estabelecidos pela FAPES, e atendidos todos os requisitos obrigatórios do bolsista.

Parágrafo terceiro. A bolsa será implementada no mês subsequente ao da sua aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES - Nos termos das Resolução CCAF n. 314/2022, ao Outorgado que descumprir as obrigações ora assumidas poderão ser aplicadas as seguintes medidas:

- Suspensão do apoio;
- Reconhecimento de inadimplência do beneficiário perante a Fapes;
- Cancelamento do apoio;
- Determinação do dever de ressarcir a Fapes pelos valores recebidos;
- Suspensão, por até 24 (vinte e quatro) meses, do direito de pleitear apoio da Fapes;
- Outras consequências expressamente previstas em norma da Fapes.

Parágrafo primeiro. O outorgado ficará inadimplente perante a Fapes quando:

- não entregar ou não forem aprovadas prestações de contas parciais ou finais, ou documento que as integre, nos termos das normas da Fapes sobre utilização de recursos financeiros e prestação de contas;
- não der início ao ressarcimento determinado conforme a Resolução CCAF nº 314/2022;
- não fornecer informações ou documentos requisitados pela Fapes para apuração de fatos que possam configurar descumprimento de obrigações do Outorgado, nos termos da Resolução CCAF nº 314/2022 ou de outras normas da Fapes.

Parágrafo segundo. O apoio será cancelado nos casos de:

- não atendimento, a qualquer tempo, dos requisitos para concessão e manutenção do apoio;
- não entrega ou não aprovação das prestações de contas parciais, ou documento que as integre, nos termos das normas da Fapes sobre utilização de recursos financeiros e prestação de contas;
- negligência pelo Outorgado das atividades apoiadas, exceto se permitido em norma da Fapes ou edital;
- prática de fraude sem a qual o apoio não teria sido concedido ou mantido;
- solicitação fundamentada do Outorgado;
- afastamento do Outorgado para realização de capacitação, estágio, pós-doutoramento ou afastamento equivalente, durante a vigência do projeto;
- não estar em exercício efetivo da atividade de pesquisa ou de desenvolvimento em IES/P ou ICT, pública ou privada sem fins lucrativos, localizada no estado do Espírito Santo;
- falecimento do Outorgado;
- outras hipóteses expressamente previstas em norma da Fapes.

Parágrafo terceiro. Nos seguintes casos, o Outorgado deverá ressarcir a Fapes pelos valores recebidos:

- recebimento indevido;
- cancelamento do apoio;
- não entrega ou não aprovação das prestações de contas técnica e/ou financeira, ou documento que as integre, nos termos das normas da Fapes sobre utilização de recursos financeiros e prestação de contas;

d) outras hipóteses expressamente previstas em norma da Fapes.

Parágrafo quarto. Nos seguintes casos, o beneficiário poderá ter suspensão, por até 24 (vinte e quatro) meses, seu direito de pleitear apoio da Fapes:

- a) verificação de qualquer das hipóteses de cancelamento do apoio;
- b) verificação de qualquer das hipóteses de dever de ressarcimento;
- c) descumprimento de obrigações assumidas em função da outorga;
- d) outras hipóteses expressamente previstas em norma da Fapes.

Parágrafo quinto. Verificada a ocorrência de quaisquer das hipóteses de descumprimento de obrigações elencadas acima, o apoio será suspenso preventivamente.

Parágrafo sexto. A aferição e análise do descumprimento obrigacional, o exercício do direito de defesa do outorgado/beneficiário, a aplicação das penalidades e a interposição de recursos seguirão o rito descrito na Resolução CCAF nº 314/2022, resguardando-se, sempre, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

do projeto, ou seja, a FAPES notificará o Outorgado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBSTITUIÇÃO DO OUTORGADO - Será permitida a substituição do Coordenador do Projeto, assumindo o novo coordenador a integral responsabilidade pela continuidade do Projeto, na qualidade de OUTORGADO, na forma em que foi contratado, de acordo com as obrigações e demais disposições previstas neste Instrumento.

Parágrafo primeiro. A substituição do Outorgado deverá ser aprovada pela DIREX.

Parágrafo segundo. O Outorgado substituto deverá atender aos requisitos do Coordenador do Projeto estabelecidos no edital.

Parágrafo terceiro. O Outorgado substituto deverá dar continuidade ao projeto na forma como aprovado e contratado pela FAPES, observado o tempo de vigência deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA - No caso das atividades do Outorgado originarem criações intelectuais passíveis de proteção, as partes obedecerão as determinações da Lei Federal nº 10.973/2004, regulamentada pelo Decreto nº 9.283/2018, da Lei Complementar Estadual nº 642/2012 e da Resolução CCAF nº 92/2013, e as demais disposições legais vigentes.

Parágrafo único. Os resultados econômicos auferidos na exploração comercial da criação protegida, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, serão partilhados com a FAPES, conforme Resolução CCAF nº 92/2013, por meio de contrato a ser celebrado com as instituições executoras de projetos nas quais as patentes ou similares foram desenvolvidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo primeiro. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, o Outorgado deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

Parágrafo segundo. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, o Outorgado deverá:

I - Notificar imediatamente a FAPES;

II - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

III - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

Parágrafo terceiro. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

Parágrafo quarto. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam

estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

Parágrafo quinto. O Outorgado deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da FAPES previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

Parágrafo sexto. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, o Outorgado deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Parágrafo sétimo. O Outorgado deverá notificar a FAPES imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a FAPES cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

Parágrafo oitavo. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

Parágrafo nono. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pelo Outorgado para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da FAPES, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à Outorgado a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

Parágrafo décimo. Responsabilidade. O Outorgado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a FAPES ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, do Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da FAPES em seu acompanhamento.

Parágrafo décimo primeiro. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela FAPES, não exime o Outorgado das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a FAPES mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

Parágrafo décimo segundo. O OUTORGADO deve colocar à disposição da FAPES, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela FAPES ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

Parágrafo décimo terceiro. O Outorgado deve auxiliar a FAPES na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

Parágrafo décimo quarto. Se a FAPES constatar que dados pessoais foram utilizados pelo Outorgado para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, o Outorgado será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

Parágrafo décimo quinto. Extinto o Termo de Outorga, independentemente do motivo, o Outorgado deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a FAPES ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a FAPES, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES - O presente ajuste poderá ser alterado a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

Parágrafo primeiro - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Outorga com alteração da natureza do objeto, sob pena de nulidade do ato.

Parágrafo segundo - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

Parágrafo terceiro - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Outorga.

Parágrafo quarto - A atualização do projeto que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração do valor total do projeto e de metas poderá ser registrada nos no Sistema de Gestão da FAPES, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VIGÊNCIA - O presente Termo de Outorga tem vigência de xx (xxxxxxxxxxxxxx) meses, tendo início no primeiro dia do mês subsequente ao da data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO - O presente Instrumento será rescindido, a qualquer tempo, no caso previsto neste instrumento, no descumprimento pelo OUTORGADO de quaisquer exigências deste Termo e na hipótese de seu falecimento, sem prejuízo das penalidades previstas no presente termo, quando cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. O presente instrumento poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante prévia e expressa comunicação formalizada por escrito, e precedida de análise da Procuradoria Geral do Estado quando for o caso, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros, desde que cessadas as obrigações aqui pactuadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO - A eficácia do presente Termo de Outorga ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual, sem o que não será possível nenhum pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO - Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

Parágrafo único. Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E assim, por estarem justas e acordadas, assinam eletronicamente o presente Termo em 01 (uma) única via, ficando disponível para as partes no sítio Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br>), para que produza os efeitos de direito.

Vitória, _____ de _____ de _____.

Rodrigo Varejão Andreão
Diretor Geral/FAPES

Lucia Aparecida de Queiroz Araujo
Diretora Administrativo-financeira/FAPES

Nome do Proponente
Outorgado

Nome do Representante legal
Instituição de Vínculo do Proponente

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

RODRIGO VAREJÃO ANDREÃO

DIRETOR-GERAL

FAPES - FAPES - GOVES

assinado em 14/04/2025 10:05:40 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 14/04/2025 10:05:40 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por IGOR DA SILVA NASCIMENTO (CHEFE DE GABINETE DA PRESIDENCIA - GAB - FAPES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-NSDPST7>